



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Este termo de referência foi elaborado pelo **Setor de Engenharia** a partir do Documento de Formalização de Demanda e de Estudos Técnicos Preliminares.
- 1.2. Matriz de Risco, Valores de Referência, Descrição e especificações dos serviços são responsabilidade do setor demandante.
- 1.3. À Agente de Contratação e equipe de Apoio caberá tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.
- 1.4. Integram o presente Termo de Referência, todos os arquivos digitais disponibilizados pelo Setor Engenharia, sendo exclusivamente deste setor a responsabilidade pelo conteúdo, e informações neles contidos.

### 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO.

**2.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO CAMPO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR, ENVOLVENDO INTERVENÇÕES NA ÁREA DE JOGO E NO ENTORNO IMEDIATO, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONTRATO DE REPASSE Nº 941668/2023/MESP/CAIXA.**

2.2. O objeto da presente contratação enquadra-se como **obra de engenharia**, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que compreende a realização de intervenções no meio físico, com modificação das características do campo de futebol municipal, abrangendo serviços de reforma e modernização da área de jogo e de seu entorno imediato.

2.2.1. As atividades previstas envolvem execução de serviços técnicos especializados, tais como movimentação de terra, drenagem, regularização do solo, implantação ou recuperação de gramado, adequações estruturais e demais intervenções que caracterizam alteração relevante do espaço físico, não se tratando, portanto, de serviço comum de engenharia.

2.3. O objeto da presente licitação, consistente na execução de serviços de **reforma e modernização do campo de futebol do Município de Lobato/PR**, caracteriza-se como **obra de engenharia**, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que envolve intervenção em bem imóvel com alteração substancial de suas características originais, por meio da execução de serviços na área de jogo e em seu entorno imediato, incluindo, entre outros, terraplenagem, drenagem, regularização do solo, implantação ou recuperação de gramado e demais serviços correlatos.

2.3.1. Ressalta-se que não se trata de serviço comum de engenharia, conforme definição do art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da referida lei, tendo em vista que o objeto não se limita a ações de manutenção ou conservação, mas sim à **requalificação e modernização da infraestrutura esportiva existente**, com significativa transformação de suas condições físicas e operacionais.

2.4. Os quantitativos encontram-se demonstrados na planilha orçamentária, elaborada com base no memorial de cálculo das intervenções previstas. As especificações dos serviços estão detalhadas no Memorial Descritivo, na Planilha de Serviços e no Cronograma Físico-Financeiro que integram o presente processo.

#### 2.5. DO PRAZO DO CONTRATO E SUA PRORROGAÇÃO

2.5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

**2.5.2.** Nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de contratação que prevê a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período inicialmente firmado, desde que devidamente justificada a necessidade e mantidas as condições contratuais.

**2.5.3.** O prazo de execução da obra será de 08 (oito) meses conforme cronograma físico-financeiro, contado a partir da emissão da ordem de serviço.

**2.5.4.** A prorrogação, quando necessária, não afasta o dever da contratada de cumprir o cronograma pactuado, tampouco impede a apuração de eventuais responsabilidades por atrasos injustificados, podendo a Administração aplicar as sanções cabíveis, nos termos do contrato e da legislação vigente.

**2.5.5.** Eventuais prorrogações deverão ser devidamente registradas nos autos do processo e formalizadas por meio de termo aditivo, quando necessário.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS.**

**3.1.** A presente contratação tem por fundamento a necessidade de promover a **reforma e modernização da infraestrutura do campo de futebol do Município de Lobato/PR**, visando garantir condições adequadas de uso, segurança, acessibilidade e funcionalidade do espaço esportivo, atendendo ao interesse público e às demandas da comunidade local.

**3.2.** O campo de futebol constitui equipamento público de relevante importância social, esportiva e recreativa, sendo amplamente utilizado pela população para práticas esportivas, eventos comunitários e atividades de integração social. Contudo, constatou-se, por meio de levantamentos técnicos realizados pelo setor de engenharia, que a infraestrutura existente apresenta **desgastes decorrentes do uso contínuo e da ação do tempo**, comprometendo a qualidade e a segurança das atividades desenvolvidas no local.

**3.3.** Diante desse cenário, a intervenção proposta contempla melhorias na **área de jogo e no entorno imediato**, incluindo serviços de recuperação, adequação e modernização, com vistas a proporcionar melhores condições de utilização, ampliar a vida útil do equipamento público e assegurar a conformidade com normas técnicas aplicáveis.

**3.4.** A contratação será realizada de forma integrada, com o **fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários**, garantindo maior eficiência na execução, padronização dos serviços e responsabilidade técnica única por parte da contratada, reduzindo riscos de incompatibilidades e atrasos.

**3.5.** Importa destacar que os recursos financeiros para a execução do objeto são provenientes do **Contrato de Repasse nº 941668/2023/MESP/CAIXA**, o que impõe à Administração o dever de observar rigorosamente as condições pactuadas, os prazos estabelecidos e a correta aplicação dos recursos públicos, sob pena de responsabilização e eventual devolução de valores.

**3.6.** A contratação encontra respaldo no planejamento da Administração Pública Municipal, estando alinhada às políticas públicas de incentivo ao esporte e lazer, bem como ao desenvolvimento social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

**3.7.** Por fim, ressalta-se que a presente contratação atende aos princípios da **legalidade, eficiência, economicidade, interesse público e desenvolvimento nacional sustentável**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mostrando-se adequada, necessária e vantajosa para a Administração.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.**

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

**4.1.** A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada para a execução da reforma e modernização da infraestrutura do campo de futebol do Município de Lobato/PR**, compreendendo intervenções na área de jogo e em seu entorno imediato, com o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

**4.2.** A execução da solução abrange, de forma integrada e sistêmica, todas as etapas do ciclo de vida do objeto, conforme descrito a seguir:

**a) Planejamento e Mobilização:**

Compreende a análise dos projetos e documentos técnicos fornecidos pelo setor de engenharia, a elaboração do planejamento executivo pela contratada, mobilização de equipe técnica qualificada, instalação de canteiro de obras, logística de materiais e equipamentos, bem como a adoção de medidas de segurança do trabalho e sinalização do local.

**b) Execução dos Serviços:**

Inclui a realização de todos os serviços previstos em projeto, tais como:

- Recuperação, regularização e adequação da área de jogo;
- Intervenções estruturais e funcionais no entorno imediato;
- Implantação ou melhoria de sistemas de drenagem, nivelamento e compactação do solo;
- Execução e/ou recuperação de elementos construtivos como acessos, alambrados, arquibancadas, vestiários e demais estruturas existentes, conforme previsto nos documentos técnicos.

Todos os serviços deverão observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especificações do projeto, boas práticas de engenharia e critérios de qualidade, durabilidade e segurança.

**c) Controle de Qualidade e Fiscalização:**

Durante a execução, serão realizados controles tecnológicos e inspeções periódicas, visando assegurar a conformidade dos serviços e materiais empregados. A fiscalização será exercida por servidor designado, com apoio técnico do setor de engenharia, podendo exigir correções, ajustes ou substituições sempre que necessário.

**d) Entrega e Recebimento:**

Após a conclusão dos serviços, a contratada deverá realizar a limpeza geral da obra e entregar o objeto em plenas condições de uso. O recebimento ocorrerá em duas etapas: provisório e definitivo, mediante verificação do atendimento integral às especificações contratuais.

**e) Uso e Manutenção da Infraestrutura:**

A solução contempla a entrega de infraestrutura adequada ao uso público, com foco em durabilidade e segurança. A contratada deverá garantir os serviços executados pelo prazo legal, responsabilizando-se por eventuais vícios ou defeitos construtivos. Recomenda-se que o Município adote rotinas de manutenção preventiva e corretiva, a fim de preservar as condições da infraestrutura ao longo do tempo e maximizar sua vida útil.

**f) Sustentabilidade e Durabilidade:**

A execução deverá priorizar o uso racional de recursos, a adequada destinação de resíduos da construção civil, a utilização de materiais de qualidade e técnicas construtivas que ampliem a vida útil da obra, reduzindo custos futuros de manutenção e impactos ambientais.

**4.3.** Dessa forma, a solução proposta assegura uma abordagem completa do objeto, desde o planejamento até a fase de uso e manutenção da infraestrutura, garantindo eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público, em consonância com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021 e com as condições estabelecidas no **Contrato de Repasse nº 941668/2023/MESP/CAIXA**.



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

## 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

**5.1.** São os elementos necessários ao objeto a ser contratado, para que atenda adequadamente à necessidade que originou a contratação:

**5.1.1.** A presente contratação deverá observar os seguintes requisitos, visando assegurar a adequada execução do objeto, a qualidade dos serviços e o atendimento ao interesse público:

**a) Requisitos Técnicos e de Execução:**

A contratada deverá executar os serviços em estrita conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos elaborados pelo setor de engenharia do Município. Os serviços deverão atender às normas técnicas vigentes, especialmente às normas da ABNT, bem como às boas práticas de engenharia, garantindo qualidade, segurança, durabilidade e funcionalidade da obra.

**b) Fornecimento Integral:**

A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução completa do objeto, não sendo admitida a execução parcial ou com fornecimento pela Administração, salvo disposição expressa em contrário.

**c) Qualificação Técnica:**

A empresa deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, devidamente registrados nos conselhos profissionais competentes, quando exigido.

Deverá, ainda, indicar responsável técnico habilitado, com registro ativo no respectivo conselho de classe (CREA ou CAU), que acompanhará a execução da obra.

**d) Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, especialmente no que se refere à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

**e) Prazo de Execução:**

A execução dos serviços deverá obedecer ao prazo estabelecido no cronograma físico-financeiro, contado a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente previstas.

**f) Segurança do Trabalho:**

A contratada deverá cumprir rigorosamente as normas de segurança do trabalho, especialmente as Normas Regulamentadoras (NRs), responsabilizando-se pela integridade física de seus empregados e de terceiros, bem como pelo fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletiva (EPCs).

**g) Gestão Ambiental:**

Deverão ser adotadas medidas para minimizar impactos ambientais, incluindo a correta destinação de resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação vigente e normas ambientais aplicáveis.

**h) Garantia dos Serviços:**

A contratada deverá assegurar garantia mínima legal dos serviços executados, responsabilizando-se por eventuais vícios, defeitos ou inadequações constatadas após a entrega da obra, conforme previsto na legislação aplicável.

**i) Fiscalização Contratual:**

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, com apoio técnico do setor de engenharia, cabendo à contratada atender prontamente às determinações expedidas pela fiscalização.

**j) Condições de Medição e Pagamento:**





# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

Os pagamentos serão realizados conforme medições periódicas dos serviços efetivamente executados, devidamente atestadas pela fiscalização, em consonância com o cronograma físico-financeiro.

## **k) Subcontratação:**

A subcontratação somente será admitida nos limites e condições estabelecidos no instrumento convocatório e no contrato, não eximindo a contratada de sua responsabilidade integral pela execução do objeto.

## **l) Vinculação ao Convênio:**

A execução contratual deverá observar integralmente as condições estabelecidas no **Contrato de Repasse nº 941668/2023/MESP/CAIXA**, inclusive quanto à aplicação dos recursos, prazos e prestação de contas.

## **5.2. GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA ADICIONAL**

**5.2.1.** A garantia de execução será equivalente a **5% (cinco por cento) do valor do contrato**, incluído, no que couber, o reajustamento de preços, podendo ser prestada conforme as modalidades previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**5.2.2.** A proponente vencedora deverá, quando da assinatura do termo de contrato de empreitada, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e da garantia adicional, se houver.

**5.2.2.1.** Como condição para assinatura do contrato, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.2.3.** No caso de o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

**5.2.4.** Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

**5.2.5.** Se ocorrer majoração do valor contratual, o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar. Se ocorrer a prorrogação dos prazos contratuais deverá ser providenciada a renovação da garantia contemplando o novo período.

**5.2.6.** A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação de:

- a) aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratado e o termo de recebimento definitivo;
- b) certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído;
- c) comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica.

**5.2.7.** Nos casos previstos de Extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia de execução e a garantia adicional, se houver, não serão devolvidas, sendo, então, apropriadas pelo CONTRATANTE a título de indenização/multa.

## **5.3. DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO**

**5.3.1.** A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

**5.3.2.** A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal, social e trabalhista.



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

**5.3.3.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO**

**6.1.** O modelo de execução do objeto estabelece a forma pela qual o contrato deverá produzir os resultados pretendidos, desde o seu início até o seu encerramento, assegurando a adequada reforma e modernização da infraestrutura do campo de futebol do Município de Lobato/PR.

### **a) Início da Execução Contratual:**

A execução dos serviços terá início após a assinatura do contrato e a emissão da respectiva **Ordem de Serviço**, a ser expedida pela Administração. Previamente ao início, a contratada deverá apresentar a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)** do responsável técnico, bem como demais documentos exigidos para a regular execução da obra.

### **b) Planejamento Executivo:**

A contratada deverá elaborar e apresentar, para aprovação da fiscalização, o planejamento detalhado da execução, compatível com o cronograma físico-financeiro, contemplando a sequência das atividades, mobilização de recursos, prazos parciais e metodologia construtiva a ser adotada.

### **c) Mobilização e Instalação do Canteiro de Obras:**

Caberá à contratada a mobilização de equipe técnica e operacional, bem como a instalação do canteiro de obras, incluindo estruturas provisórias, sinalização, medidas de segurança e logística necessária à execução dos serviços.

### **d) Execução dos Serviços:**

Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos, especificações técnicas, memorial descritivo e demais documentos integrantes do processo, observando-se as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de engenharia. A execução deverá ocorrer de forma contínua e organizada, respeitando os prazos estabelecidos e assegurando a qualidade, segurança e durabilidade da obra.

### **e) Acompanhamento e Fiscalização:**

A execução contratual será acompanhada por servidor designado como fiscal do contrato, com apoio técnico do setor de engenharia, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade dos serviços e a conformidade com os projetos. A contratada deverá manter **diário de obra atualizado**, registrando todas as ocorrências relevantes, o qual ficará à disposição da fiscalização.

### **f) Medição dos Serviços:**

As medições serão realizadas periodicamente, conforme a execução dos serviços, com base nas quantidades efetivamente executadas e nos preços constantes da planilha contratual, observando-se o cronograma físico-financeiro. Somente serão considerados para pagamento os serviços devidamente executados e atestados pela fiscalização.

### **g) Gestão de Qualidade:**

A contratada deverá adotar controles internos de qualidade dos serviços e materiais empregados, sendo responsável por eventuais correções, refazimentos ou substituições necessárias ao atendimento das especificações técnicas.

### **h) Alterações Contratuais:**



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

Eventuais alterações quantitativas ou qualitativas poderão ser realizadas, desde que devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **i) Conclusão dos Serviços:**

Concluída a execução, a contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização, que procederá à vistoria para fins de **recebimento provisório**, verificando a conformidade dos serviços com as condições contratuais.

#### **j) Recebimento Definitivo:**

Após o prazo legal e sanadas eventuais pendências, será realizado o **recebimento definitivo**, mediante termo circunstanciado, atestando a plena execução do objeto.

#### **k) Responsabilidade e Garantia:**

A contratada permanecerá responsável pela solidez e segurança da obra, bem como por eventuais vícios ou defeitos construtivos, durante o prazo legal de garantia, obrigando-se a realizar os reparos necessários sem ônus para a Administração.

#### **l) Encerramento Contratual:**

O contrato será considerado encerrado após o recebimento definitivo da obra, a quitação das obrigações entre as partes e a devida prestação de contas dos recursos vinculados ao **Contrato de Repasse nº 941668/2023/MESP/CAIXA**, observando-se as exigências dos órgãos concedentes.

### **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE**

**7.1.** O modelo de gestão do contrato define os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e controle da execução dos serviços, visando assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade do objeto e a adequada aplicação dos recursos públicos:

#### **7.1.1. Designação dos Responsáveis**

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas por servidores formalmente designados pela Administração, compreendendo:

**a) A gestão do contrato fiscalização técnica da obra** ficará a cargo da Engenheira do Município, Senhora **Ana Paula Kaneko**, Engenheira Civil CREA nº 50.704 – D, nomeada como fiscal por meio do Decreto Municipal nº 121/2025, de 06 de maio de 2025, responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual, controle de prazos, comunicação com a contratada e adoção de providências administrativas; responsável pela verificação da conformidade dos serviços executados com os projetos, especificações técnicas e normas aplicáveis; sendo sua responsabilidade controle/supervisionamento de todas as etapas do objeto licitado, do início, meio até o fim da obra, inclusive o cumprimento dos prazos de execução e vigência contratual. Ainda, ficará a cargo da Senhora Ana Paula Kaneko, constatar e fazer cumprir as cláusulas previstas no contrato, observando os aspectos técnicos mediante a confirmação de medições, certificação do cumprimento por atesto de documento fiscal ou pela formulação de outros expedientes que discriminem a correta execução de todos os deveres pactuados pelas partes envolvidas.

**b)** A existência e a atuação da fiscalização, através de servidores previamente designados, em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da(s) licitante(s) vencedora(s), no que concerne a execução do objeto contratado.

**c)** O fiscal responderá tecnicamente pelo Município e terá total direito e responsabilidade para supervisionar, paralisar, receber provisoriamente, aprovar ou desaprovar toda e qualquer conduta e/ou parcela da obra em questão.

**d)** A ação ou omissão da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição da obra, ao cumprimento dos prazos e quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, responsabilizando-se a CONTRATADA,



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer co-responsabilidade.

**e)** A fiscalização da execução da obra compete ao CONTRATANTE de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

**7.1.2. A FISCALIZAÇÃO** realizará, dentre outras, as seguintes atividades:

**a)** Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, Caderno de Encargos, orçamentos, cronogramas, caderneta de ocorrências, correspondência, relatórios diários, certificados de ensaios e testes de materiais e serviços, protótipos e catálogos de materiais e equipamentos necessários para a realização da obra;

**b)** Analisar e aprovar o projeto das instalações provisórias e canteiro de serviço apresentados pela CONTRATADA no início dos trabalhos;

**c)** Analisar e aprovar o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras a serem apresentados pela CONTRATADA no início dos trabalhos;

**d)** Promover reuniões periódicas no canteiro de serviço para análise e discussão sobre o andamento dos serviços e obras, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;

**e)** Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

**f)** Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços e obra em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pelo CONTRATANTE;

**g)** Promover a presença dos Autores dos projetos no canteiro de serviço, sempre que for necessária a verificação da exata correspondência entre as condições reais de execução e os parâmetros, definições e conceitos de projeto;

**h)** Paralisar e/ou solicitar que sejam refeitos quaisquer serviços que não sejam executados em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

**i)** Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;

**j)** Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato, os quais deverão ser realizados às expensas da contratada.

**k)** Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços e obras, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

**l)** Solicitar a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação da FISCALIZAÇÃO ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;

**m)** Qualquer auxílio prestado pela FISCALIZAÇÃO na interpretação dos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços e obras.

**n)** A comunicação entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros na Caderneta de Ocorrências.

**o)** As reuniões realizadas no local dos serviços e obras serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela FISCALIZAÇÃO e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

**p)** O CONTRATANTE e a CONTRATADA, de um a outro, podem solicitar reuniões de gerenciamento da obra e do contrato. Quando isso vier a ocorrer, a fiscalização do

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: [administracao-lobato@lobato.pr.gov.br](mailto:administracao-lobato@lobato.pr.gov.br)

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000





# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

CONTRATANTE elaborará ata dos assuntos tratados nas reuniões de gerenciamento e distribuirá cópias da mesma aos participantes da reunião. A responsabilidade das partes na tomada de providências deve ser decidida e informada por escrito.

**q)** Toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser formalizada por escrito. Quando se tratar de "notificação", a mesma somente tornar-se-á efetiva após o recebimento da mesma por parte da CONTRATADA.

**7.1.3. Fiscal administrativo:** A **fiscalização administrativa do contrato** ficará a cargo do Sr. **Odair Laurentino**, Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Trabalho e Emprego, responsável pelo acompanhamento de aspectos formais, documentais e administrativos do contrato.

## **7.2. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **7.2.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.2.1.1.** Fornecer à CONTRATADA todos os documentos, projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas e demais informações necessárias à execução dos serviços.

**7.2.1.2.** Designar formalmente fiscal e/ou gestor do contrato, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e recebimento dos serviços executados.

**7.2.1.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução da obra, verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo intervir sempre que necessário para garantir a qualidade dos serviços.

**7.2.1.4.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme medições devidamente aprovadas pela fiscalização, observadas as condições estabelecidas no contrato.

**7.2.1.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, determinando sua correção.

**7.2.1.6.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua regularização.

**7.2.1.7.** Garantir o acesso da CONTRATADA às áreas onde serão executados os serviços, nas vias públicas indicadas, livre de impedimentos que possam comprometer a execução.

**7.2.1.8.** Providenciar, quando necessário, a articulação com outros órgãos públicos, concessionárias ou terceiros para viabilizar a execução dos serviços.

**7.2.1.9.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do objeto.

**7.2.1.10.** Aplicar as penalidades contratuais cabíveis em caso de inadimplemento por parte da CONTRATADA.

**7.2.1.11.** Receber provisoriamente e definitivamente os serviços, após a verificação do cumprimento de todas as condições contratuais e técnicas.

**7.2.1.12.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**7.2.1.13.** Assegurar que os recursos financeiros necessários à execução do objeto estejam devidamente previstos e disponíveis, conforme o Contrato de Repasse nº 941668/2023/MESP/CAIXA.

**7.2.1.14.** Encaminhar à instituição financeira responsável (CAIXA) a documentação necessária para liberação dos recursos, conforme as medições aprovadas.

**7.2.1.15.** Manter arquivo organizado com todos os documentos relativos à execução do contrato, para fins de prestação de contas e fiscalização pelos órgãos de controle.

### **7.2.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.2.2.1.** Executar os serviços de reforma e modernização da infraestrutura do campo de futebol, na área de jogo e entorno imediato, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o contrato;

**7.2.2.2.** Fornecer integralmente todos os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto, responsabilizando-se pela qualidade, procedência e conformidade com as normas técnicas vigentes;



# **PREFEITURA LOBATO**

**CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO**

**7.2.2.3.** Garantir que todos os materiais empregados sejam novos, de primeira qualidade e atendam às especificações técnicas exigidas, substituindo, às suas expensas, aqueles que apresentarem defeitos ou não conformidade;

**7.2.2.4.** Manter, durante toda a execução contratual, responsável técnico devidamente habilitado, com registro no conselho profissional competente, assegurando a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);

**7.2.2.5.** Cumprir rigorosamente o cronograma de execução, promovendo a adequada gestão das atividades, de modo a evitar atrasos injustificados;

**7.2.2.6.** Observar e cumprir todas as normas técnicas, de segurança do trabalho, ambientais e de acessibilidade aplicáveis, adotando as medidas necessárias à prevenção de acidentes e à proteção de trabalhadores, usuários e terceiros;

**7.2.2.7.** Providenciar e manter, durante toda a execução dos serviços, a sinalização, isolamento e proteção das áreas de intervenção, garantindo condições seguras de circulação no local;

**7.2.2.8.** Responsabilizar-se integralmente por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não gerando qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Administração;

**7.2.2.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**7.2.2.10.** Permitir e facilitar a fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todas as informações solicitadas e atendendo prontamente às determinações da fiscalização;

**7.2.2.11.** Manter o local da obra limpo e organizado, promovendo a adequada destinação de resíduos, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

**7.2.2.12.** Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;

**7.2.2.13.** Apresentar, sempre que solicitado, documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como demais exigidos para a execução contratual;

**7.2.2.14.** Cumprir as condições estabelecidas no Contrato de Repasse nº 941668/2023/MESP/CAIXA, especialmente no que se refere à aplicação dos recursos, prestação de contas e observância das diretrizes do órgão concedente;

**7.2.2.15.** Comunicar formalmente à CONTRATANTE qualquer intercorrência que possa comprometer o andamento ou a qualidade dos serviços;

**7.2.2.16.** Garantir a qualidade e a durabilidade dos serviços executados, observando os prazos de garantia legal e contratual.

**7.3.** Adicionalmente, o fornecedor deverá:

**7.3.1.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Lobato.

**7.3.2.** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Lobato;

**7.3.3.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

**7.3.4.** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste certame.

**7.4.** A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 7.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Prefeitura Municipal de Lobato/PR, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a

**CNPJ. 76.970.367/0001-08**

E-mail: [administracao-lobato@lobato.pr.gov.br](mailto:administracao-lobato@lobato.pr.gov.br)

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

Prefeitura Municipal de Lobato.

**7.5.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

**7.6.** Deverá a CONTRATADA observar, ainda, o seguinte:

**7.6.1.** É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Lobato, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

**7.6.2.** É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Prefeitura Municipal de Lobato.

**7.6.3.** É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto da contratação.

**7.6.4.** Atender às exigências do Contrato de Repasse nº 941668/2023/MESP/CAIXA, quando aplicável;

**7.6.5.** Apresentar medições periódicas dos serviços executados, conforme critérios estabelecidos no contrato.

## **7.7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.**

**7.7.1.1.** A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

**7.7.1.2.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**7.7.1.2.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**7.7.1.2.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**7.7.1.2.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**7.7.1.2.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**7.7.1.2.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.7.2.** Quando aplicada multa, esta será:

**7.7.2.1.** Moratória: de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias.

**7.7.2.2.** Compensatória: de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto e demais transgressões previstas no art.155 desta Lei 14.133/2021.

## **7.8. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**7.8.1.** O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**7.8.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato.

**7.8.3.** Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do detentor do Contrato:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

e

b) poderá a Administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

**7.8.4.** O Contrato de Preço poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**7.8.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**7.8.4.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

**7.8.4.3.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**7.8.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**7.8.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**7.8.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**7.8.5.3.** Indenizações e multas.

**7.8.6.** A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**7.8.7.** O Contrato poderá ser extinto caso se constate que direta ou indiretamente o licitante ou o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **7.9. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS**

**7.9.1.** O contrato decorrente deste certame poderá ser alterado, mediante as devidas justificativas, nas hipóteses previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **7.9.2. Das hipóteses de alteração contratual**

**7.9.2.1.** O contrato poderá ser alterado:

#### **I – Unilateralmente pela Administração:**

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou supressões quantitativas de seu objeto, nos limites legais.

#### **II – Por acordo entre as partes:**

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, diante da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação;

d) para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato, observada a matriz de riscos.

**7.9.3.** Das disposições específicas aplicáveis às obras e serviços de engenharia

**7.9.3.1.** Caso as alterações decorram de falhas de projeto, será apurada a responsabilidade do responsável técnico, com adoção das providências cabíveis para ressarcimento dos danos causados à Administração.

**7.9.3.2.** Aplica-se o reequilíbrio econômico-financeiro nos casos em que a execução do contrato for obstada por atrasos em desapropriações, desocupações, servidões administrativas ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

### **7.9.4. Dos limites de alteração**

**7.9.4.1.** O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais:

a) acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

b) no caso de reforma de edifício ou equipamento, acréscimos de até 50% (cinquenta por cento).

c) As alterações não poderão descaracterizar o objeto da contratação.

### **7.9.5. Da formação de preços em aditivos**

**7.9.5.1.** Na ausência de preços unitários no contrato para itens acrescidos, estes serão definidos

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: [administracao-lobato@lobato.pr.gov.br](mailto:administracao-lobato@lobato.pr.gov.br)

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000





# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

com base na relação entre a proposta vencedora e o orçamento-base da Administração, aplicada aos preços de mercado vigentes à época do aditamento.

**7.9.5.2.** Em contratos de obras e serviços de engenharia, é vedada a redução da diferença percentual entre o valor global contratado e o orçamento de referência em favor do contratado, em decorrência de aditivos.

## **7.9.6. Das supressões**

**7.9.6.1.** Em caso de supressão de obras, bens ou serviços:

a) os materiais já adquiridos e disponibilizados no local deverão ser pagos pela Administração, mediante comprovação;

b) poderá haver indenização por outros prejuízos devidamente comprovados.

## **7.9.7. Do equilíbrio econômico-financeiro**

**7.9.7.1.** Sempre que houver alteração unilateral que impacte os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro no mesmo termo aditivo.

**7.9.7.2.** O reequilíbrio poderá ser reconhecido mesmo após a extinção contratual, mediante termo indenizatório.

**7.9.7.3.** O pedido de reequilíbrio deverá ser formalizado durante a vigência contratual e antes de eventual prorrogação.

## **7.9.8. Das alterações de preços**

**7.9.8.1.** Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**7.9.8.2.** A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

**7.9.8.3.** Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado.

**7.9.8.4.** Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso.

**7.9.8.5.** Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

**7.9.8.6.** Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

**7.9.8.7.** Os preços contratados serão reajustados, independentemente de solicitação do contratado, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses, contado da **data base do orçamento estimado pela Administração, 09/2025**, mediante a aplicação do **Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)** sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

$$SR = S (I12/I0)$$

$$R = SR - S$$

I12 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês do orçamento

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês do orçamento

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

**7.9.8.8.** Na ausência do INCC, será adotado índice equivalente.

## **7.9.9. Da Não Aplicação da Repactuação**

**7.9.9.1.** Não se aplica ao presente contrato o instituto da repactuação de preços, previsto no art. 135 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto contratado **não se caracteriza como prestação de serviços contínuos** com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra.



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

**7.9.9.2.** O objeto consiste na execução de obra de engenharia (reforma e modernização campo de futebol), cuja formação de preços é baseada majoritariamente em insumos, materiais, equipamentos e composição de custos típicos da construção civil, não se enquadrando nas hipóteses legais que autorizam a repactuação.

**7.9.9.3.** A recomposição dos preços contratuais dar-se-á exclusivamente por meio de:

I – reajuste de preços, mediante aplicação de índice setorial previsto no contrato, observado o interregno mínimo legal;

II – restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

**7.9.9.4.** Eventuais variações de custos de mão de obra, ainda que decorrentes de convenções coletivas, dissídios ou alterações salariais, deverão ser consideradas como riscos ordinários da atividade contratada, não ensejando, por si só, a repactuação contratual.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

**8.1. DAS MEDIÇÕES:** As medições dos serviços executados serão realizadas mensalmente, ou em periodicidade inferior, conforme o andamento da obra, com base no cronograma físico-financeiro aprovado e nas quantidades efetivamente executadas no âmbito da reforma e modernização da infraestrutura do campo de futebol.

**8.1.1. As medições deverão ser:**

- a) elaboradas pela CONTRATADA;
- b) conferidas e validadas pela fiscalização da Administração;
- c) compatíveis com os serviços previstos na planilha orçamentária, projetos, memoriais descritivos e demais documentos técnicos aprovados.

**8.1.2. A apuração das quantidades observará os seguintes critérios:**

- a) **Serviços preliminares** (mobilização, limpeza, demolições, retirada de estruturas existentes, preparo do terreno, entre outros): medidos conforme unidade prevista em planilha (m<sup>2</sup>, m<sup>3</sup> ou unidade), considerando a execução efetiva;
- b) **Serviços de terraplenagem e movimentação de solo** (corte, aterro, regularização e compactação): medidos em metros cúbicos (m<sup>3</sup>), conforme volumes executados e aferidos “in loco”, ou em metros quadrados (m<sup>2</sup>), quando se tratar de regularização superficial;
- c) **Sistema de drenagem** (valas, drenos, tubulações, caixas coletoras e dispositivos correlatos): medidos conforme unidade prevista em planilha (metro linear, unidade ou m<sup>3</sup>), devidamente implantados e em funcionamento;
- d) **Execução da área de jogo** (base, sub-base, regularização, implantação de gramado natural): medidos em metros quadrados (m<sup>2</sup>), conforme área efetivamente executada, observadas as especificações técnicas e níveis definidos em projeto;
- e) **Estruturas e elementos complementares** (alambrados, muretas, arquibancadas, bancos de reserva, fundações e estruturas de apoio): medidos conforme unidade, metro linear (m) ou metro quadrado (m<sup>2</sup>), de acordo com a planilha orçamentária;
- f) **Instalações esportivas e complementares** (iluminação, sistema de irrigação, equipamentos esportivos, postes, redes, entre outros): medidos por unidade instalada ou conforme critério específico previsto em planilha;
- g) **Pavimentações, acessos e urbanização do entorno** (calçadas, pisos, rampas, áreas de circulação): medidos em metros quadrados (m<sup>2</sup>), conforme área executada;
- h) **Serviços diversos e acabamentos** (pinturas, sinalizações, ajustes finais e demais itens previstos): medidos conforme unidade constante na planilha orçamentária;
- i) **Transporte de materiais e insumos**: medido conforme critérios da planilha orçamentária, considerando distâncias efetivamente comprovadas, quando aplicável.

**Parágrafo único.** Somente serão medidos os serviços efetivamente executados, aceitos pela fiscalização e em conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, normas técnicas aplicáveis e exigências do Contrato de Repasse nº 941668/2023/MESP/CAIXA.

**8.1.3. Não serão considerados para medição:**

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

- a) Serviços executados em desacordo com o projeto;
- b) Serviços não autorizados pela fiscalização;
- c) Correções de falhas ou retrabalhos decorrentes de erro da contratada.

## **8.1.4. DA APROVAÇÃO DAS MEDIÇÕES**

### **8.1.4.1. Após a apresentação da medição pela contratada:**

- a) A fiscalização terá prazo para análise, conferência e aprovação;
- b) Poderá haver solicitações de ajustes ou complementações;
- c) A medição somente será liberada após aprovação formal da fiscalização e do gestor do contrato.

## **8.2. DO PAGAMENTO**

### **8.2.1. O pagamento será efetuado de forma parcelada, conforme as medições aprovadas, mediante:**

- a) Apresentação da nota fiscal/fatura correspondente;
- b) Comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista;
- c) Apresentação de documentos exigidos pelo contrato de repasse (quando aplicável), inclusive validação pela CAIXA, se for o caso.
- d) O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data de aprovação da medição e da documentação completa.

### **8.2.2. Os pagamentos estarão vinculados à:**

- a) Disponibilidade de recursos financeiros;
- b) Liberação de recursos pelo órgão concedente (CAIXA), quando se tratar de contrato de repasse.

## **8.3. DO CONTROLE TECNOLÓGICO**

**8.3.1.** A CONTRATADA deverá realizar, às suas expensas, todos os ensaios, testes e controles tecnológicos necessários à adequada execução dos serviços, em conformidade com as normas técnicas vigentes, especificações de projeto e exigências do Contrato de Repasse nº 941668/2023/MESP/CAIXA, incluindo, mas não se limitando a:

- a) **Controle de compactação do solo e camadas estruturais** (subleito, sub-base e base), por meio de ensaios específicos, de modo a garantir os índices mínimos exigidos em projeto;
- b) **Controle geométrico e de nivelamento da área de jogo**, verificando cotas, declividades e regularidade superficial, conforme parâmetros estabelecidos em projeto;
- c) **Controle dos sistemas de drenagem**, incluindo verificação de declividades, funcionamento, estanqueidade e correta instalação de tubulações, drenos e dispositivos acessórios;
- d) **Controle de qualidade dos materiais empregados**, abrangendo solos, agregados, grama (natural ou sintética), concreto, elementos metálicos e demais insumos utilizados na obra, assegurando conformidade com as especificações técnicas;
- e) **Controle da execução do gramado**, incluindo preparo da base, nivelamento, compactação, enraizamento (no caso de grama natural), conforme normas e recomendações técnicas;
- f) **Controle das estruturas e elementos construtivos**, incluindo verificação de prumo, alinhamento, resistência e acabamento de itens como alamedas, muretas, arquibancadas e demais componentes;
- g) **Controle das instalações complementares**, tais como sistemas de irrigação, iluminação e demais equipamentos, mediante testes de funcionamento e desempenho.

**8.3.2.** Os resultados dos ensaios e controles tecnológicos deverão ser devidamente registrados e apresentados à fiscalização, sempre que solicitado, constituindo condição indispensável para a aprovação das medições e o recebimento dos serviços.

## **8.4. DAS RETENÇÕES E GLOSAS**

### **8.4.1. A Administração poderá:**

- a) Reter ou glosar valores referentes a serviços executados em desacordo com o contrato;
- b) Suspender pagamentos em caso de irregularidades;
- c) Exigir correções antes da liberação de valores.



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

## 8.5. DISPOSIÇÕES GERAIS

**8.5.1.** Os pagamentos não implicam aceitação definitiva dos serviços, que dependerá de recebimento provisório e definitivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**8.5.2.** Eventuais divergências nas medições serão resolvidas pela fiscalização, assegurado o contraditório à contratada.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**9.1.** A forma e critérios de seleção do fornecedor serão:

a) Processo de Contratação se dará através de **Concorrência eletrônica**.

**9.2.** Como **CONDIÇÃO PRÉVIA** ao exame da habilitação e proposta do licitante o(a) Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**b) Sistema de Certidões da Controladoria-Geral da União**

Serviço automatizado para emitir ou validar certidões negativas referentes a punições vigentes contidas no sistema CGU-PAD (no caso de servidores e empregados públicos federais do Poder Executivo Federal) e nos Sistemas, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM (no caso de pessoas jurídicas) <https://certidoes.cgu.gov.br/>

**9.2.1.** A consulta aos cadastros na fase de habilitação constitui verificação da própria condição de participação na licitação, nos termos do Acórdão nº 1.793/2011 (Plenário- TCU).

**9.2.2.** Constatada a existência de sanção, que impeça a participação no certame, a Pregoeira e equipe de apoio reputarão o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.3.** Para avaliar os licitantes, deverão ser utilizados os critérios de habilitação, que consideram a capacidade jurídica, técnica e econômico-financeira, a regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os seguintes:

### 9.3.1. DA HABILITAÇÃO

#### 9.3.1.1. PARA FINS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, SE FAZ NECESSÁRIO:

**9.3.1.1.1.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**9.3.1.1.2. Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, **inclusive** a última alteração em vigor, **ou** contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição dos seus administradores.

**9.3.1.1.3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**9.3.1.1.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**9.3.1.1.5. Cópias da CI/RG e CPF/MF do representante legal e do(s) sócio(s) gerente(s)/administrador(es).**

**OBS:** Os documentos de habilitação jurídica deverão expressar objeto social pertinente e/ou compatível com o objeto da licitação.

#### 9.3.1.2. PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

**9.3.1.2.1.** Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**) emitida no corrente ano;

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: [administracao-lobato@lobato.pr.gov.br](mailto:administracao-lobato@lobato.pr.gov.br)

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000





# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

**9.3.1.2.2.** Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS) – Certidão de Regularidade Fiscal (CRF).

**9.3.1.2.3.** Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), por ela administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

**9.3.1.2.4.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

**9.3.1.2.5.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

**9.3.1.2.6.** Prova de Regularidade com a Corregedoria-Geral da **Justiça e Trabalho (CNDT)** emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

### **9.3.1.3. PARA FINS DE COMPROVAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**9.3.1.3.1. Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, expedida até 180 (cento e oitenta) dias da abertura da sessão pública virtual.

**9.3.1.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2023 e 2024).**

**9.3.1.3.2.1.** O balanço patrimonial deverá estar assinado por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e as demonstrações contábeis pelo proprietário da empresa.

**9.3.1.3.2.1.1. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:**

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em Jornal; ou
- Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

• Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

**9.3.1.3.2.1.2.** As empresas sujeitas à apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital o **Balanço Patrimonial, as Demonstrações, os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital e o Termo de Autenticação na Junta Comercial**, poderá também ser comprovada a autenticação pelo recibo de entrega emitido pelo Sped, conforme Decreto nº 8.683 de 25 de fevereiro de 2016, e ainda deverá atender as prerrogativas do Conselho Federal de Contabilidade no que se refere às demonstrações contábeis.

**9.3.1.3.2.1.3.** Os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar balanço patrimonial, desde que, apresentem Declaração Anual do Simples Nacional, **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2023 e 2024)**

**9.3.1.3.2.1.4.** Limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos.**

**9.3.1.3.2.1.5.** Considerando a LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 e o disposto nos artigos 1.078 I e 1.179, do Código Civil:



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

**Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:**  
**I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;**

**Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.**

**9.3.1.3.2.1.5.1.** As empresas recém-constituídas no ano exercício deste certame, ou tenha iniciado suas atividades **há menos de 01 (um) ano, deverão** apresentar cópia do **Balanço de Abertura**, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade, **devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente.**

**9.3.1.3.2.1.6.** Os Microempreendedores Individuais constituídos há menos de 01 (um) ano, estão dispensados de apresentar balanço patrimonial, bem como estão dispensados de apresentar a Declaração Anual do Simples Nacional. (Somente MEI constituídos há menos de 01 (um) ano).

**9.3.1.3.2.1.7. ATENÇÃO:** Conforme disposto no art. 69, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica estabelecida a exigência de comprovação de **patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.** **Portanto para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar através do Balanço Patrimonial do exercício de 2024, o Patrimônio Líquido no valor de R\$ 80.851,11 (Oitenta mil oitocentos e cinquenta e um reais e onze centavos). Deverá preencher também o Anexo 7, para demonstração de que os seguintes índices de liquidez e solvência apresentam resultado igual ou superior a 1,0 (um):**

Índice	Fórmula	Valor Mínimo
Liquidez Geral (LG)	$(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$	$\geq 1,0$
Liquidez Corrente (LC)	$\text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$	$\geq 1,0$
Solvência Geral (SG)	$\text{Ativo Total} \div \text{Passivo Total}$	$\geq 1,0$

## **9.3.1.3.2.1.8. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL E TÉCNICO-PROFISSIONAL - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E ENTENDIMENTO DO TCU**

O princípio da proporcionalidade exige que as comprovações de habilitação técnica sejam adequadas para garantir que o licitante possa executar o objeto contratado.

**Capacidade Técnico-Operacional (Empresa):** O TCU considera válida a exigência de quantitativos mínimos em atestados em nome da empresa, desde que não excedam 50% do objeto e sejam proporcionais à sua dimensão e complexidade. Exigências maiores que 50% são geralmente vistas como restritivas, a menos que haja justificativa técnica excepcional.

**Capacidade Técnico-Profissional (Profissional):** O profissional responsável deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo Conselho competente, comprovando experiência pessoal em obras de características semelhantes ao objeto desta licitação, observando apenas a relevância e complexidade da obra. Não há limitação percentual; o importante é que a experiência seja compatível com a execução da obra licitada.

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: [administracao-lobato@lobato.pr.gov.br](mailto:administracao-lobato@lobato.pr.gov.br)

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

Súmula 263 do TCU: A Súmula 263 do TCU estabelece que a exigência de comprovação de quantitativos mínimos para capacidade técnico-operacional é legal se for limitada às parcelas de maior relevância e valor, e se for proporcional à dimensão e complexidade do objeto.

Lei nº 14.133/2021: A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) incorporou este entendimento no Artigo 67, § 2º, permitindo a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% das parcelas de maior relevância ou valor.

1Em suma, tanto o TCU quanto a Nova Lei de Licitações concordam que o limite de 50% para quantitativos mínimos em atestados de capacidade técnica busca garantir a razoabilidade e proporcionalidade das exigências.

## 9.3.1.3.2.1.9. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL – REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA, RESTRITA ÀS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA OU DE VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Considerando a natureza dos serviços de engenharia a serem contratados, que envolvem a execução da reforma e modernização da infraestrutura de campo de futebol, abrangendo intervenções na área de jogo e em seu entorno imediato, com atividades como terraplenagem, sistemas de drenagem, preparação de base, implantação de gramado (natural), além de estruturas e instalações complementares, faz-se necessária a comprovação da capacidade técnica operacional da licitante.

A exigência visa assegurar que a empresa possua experiência prévia na execução satisfatória de serviços com características técnicas semelhantes, especialmente no que se refere às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, as quais demandam conhecimento técnico específico, adequada gestão de recursos e observância rigorosa de normas técnicas.

Dessa forma, a exigência de atestado de capacidade técnica operacional revela-se medida necessária, adequada e proporcional, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim instrumento essencial para resguardar o interesse público, garantindo a qualidade, segurança, durabilidade e desempenho das intervenções a serem executadas.

A presente exigência encontra amparo no art. 67, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, estando limitada às parcelas de maior relevância do objeto, em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade.

## 9.3.1.4. PARA FINS DE HABILITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL: (PESSOA JURÍDICA)

9.3.1.4.1. Capacidade Técnica Operacional, em conformidade com o disposto no art. 67, inciso II e V da Lei Federal nº 14.133/2021:

9.3.1.4.1.1. Apresentação de no mínimo 01 (uma) certidão ou 01 (um) atestado, regularmente emitido pelo Conselho Profissional que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional **equivalente a 50% do item 1.7.0.3 da planilha ao objeto licitado (Art. 67, caput e §1º, I e II, da Lei nº 14.133/2021 (habilitação técnico-operacional da empresa – quantitativos até 50%))**:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA	117,19m²

**Obs.:** Será permitida a soma de atestados para comprovação da execução dos quantitativos mínimos exigidos, desde que todos sejam compatíveis com as parcelas de maior relevância do objeto.

1 <file:///C:/Users/Windows%2011%20Pro/Downloads/Ac%C3%B3rd%C3%A3o%2032%20de%202011%20Plen%C3%A1rio.pdf>



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

**Serão consideradas válidas:** Certidão(ões) de Acervo Operacional ([CAO](#)), emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, ou Certidão(ões) de Acervo Técnico Operacional ([CAT-O](#)) emitida(s) pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, ou Certidão(ões) de Acervo Técnico Operacional ([CAO](#)), emitida(s) pelos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais – CRTs, ou seja, regularmente emitida pelo **Conselho Profissional Competente**, que comprove aptidão do licitante (**Pessoa jurídica**) na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado; art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021. (Legislação relacionada: [Resolução 1.137/2023](#) e [Decisão Plenária 2289/2023](#); [RESOLUÇÃO Nº 243, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023](#); [Resolução CFT Nº 273 DE 16/12/2024](#)).

**9.3.1.4.1.2. Registro ou inscrição de Pessoa Jurídica na entidade profissional competente**, em plena vigência.

**9.3.1.4.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL, (RESPONSÁVEL TÉCNICO/PESSOA FÍSICA) em conformidade com o disposto no art. 67, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021:**

**a).** Certidão de Registro no Conselho Profissional Competente **em nome do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) no (ANEXO 6) (Pessoa Física)**, em plena validade, para fins de contratação;

**b)** Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) no **(ANEXO 6)**, devidamente registrado(s) no Conselho Profissional competente, que comprove a execução, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta (federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal) ou para empresa privada, de serviços de engenharia compatíveis com o objeto licitado.

A CAT deverá demonstrar experiência na execução de obras ou serviços de **reforma, implantação ou modernização de infraestrutura esportiva**, contemplando, no mínimo, atividades com características técnicas similares, tais como:

I – Execução de serviços de terraplenagem, incluindo corte, aterro, regularização e compactação do solo;

II – Implantação de sistemas de drenagem superficial e/ou subterrânea;

III – preparação de subleito, sub-base e base para recebimento de gramado;

IV – **Implantação de gramado natural**, incluindo nivelamento, correção do solo, plantio e/ou aplicação de tapetes de grama;

V – Execução de estruturas e elementos complementares, tais como alambrados, muretas, calçadas, acessos ou equipamentos esportivos;

VI – Serviços correlatos de acabamento e adequação do entorno.

Os serviços comprovados deverão apresentar características, complexidade e porte compatíveis com o objeto desta licitação.

**b.1) Justificativa Técnica – Exigência de Profissional Habilitado com Acervo Técnico (CAT)**

A exigência de comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante a apresentação de profissional habilitado detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT), mostra-se imprescindível para a adequada execução do objeto, consistente na contratação de empresa especializada para a execução da reforma e modernização da infraestrutura do campo de futebol do Município de Lobato/PR.

Os serviços a serem executados envolvem atividades de natureza técnica específica e relevante complexidade, tais como terraplenagem, regularização e compactação do solo, implantação de sistemas de drenagem, preparação de subleito, sub-base e base, além da implantação de gramado natural e execução de estruturas e elementos complementares no entorno da área de jogo. Tais atividades exigem conhecimento técnico especializado, controle rigoroso de execução e observância às normas técnicas vigentes, bem como aos projetos de engenharia, memoriais descritivos e planilha orçamentária.

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: [administracao-lobato@lobato.pr.gov.br](mailto:administracao-lobato@lobato.pr.gov.br)

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000





# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

Nesse contexto, a exigência de profissional devidamente registrado no conselho de classe competente, com apresentação de CAT que comprove experiência anterior em serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade, visa assegurar que a futura contratada disponha de responsável técnico com capacidade efetiva para conduzir, supervisionar e garantir a qualidade da execução dos serviços.

Ressalta-se que a medida encontra respaldo no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir comprovação de capacidade técnico-profissional, desde que pertinente e compatível com o objeto licitado, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim garantia mínima de qualificação técnica para a execução contratual.

Ademais, considerando que os serviços serão executados com recursos públicos oriundos do Contrato de Repasse nº 941668/2023/MESP/CAIXA, torna-se ainda mais relevante a adoção de critérios técnicos rigorosos, de modo a assegurar a correta aplicação dos recursos, a economicidade e a eficiência da contratação.

Dessa forma, a exigência de profissional habilitado com acervo técnico (CAT) revela-se medida necessária, adequada e proporcional, visando resguardar o interesse público e garantir a qualidade, segurança e durabilidade das intervenções a serem realizadas.

#### **9.3.1.5. VISITA TÉCNICA OU DISPENSA DE VISITA TÉCNICA**

**9.3.1.5.1.** O Município de Lobato facultará a realização de vistoria nos locais de execução dos serviços às empresas interessadas em concorrer, com fins de análise e elaboração de suas propostas.

**9.3.1.5.2.** A vistoria poderá ser realizada por empregado, sócios ou prepostos da empresa, em dias úteis, das 8h às 12h e 14h às 17h e agendada com antecedência mínima de 24 horas pelo telefone (44) 3249-1414, ramal: 205, com o Sr. Odair ou com a Sra. Ana Paula Kaneko, ramal: 236, **responsáveis pela emissão do Atestado de visita (Anexo nº 4)**, podendo ser realizada em até **48 horas antes da abertura sessão pública virtual**, ou a empresa interessada **deverá** apresentar declaração formal de dispensa de visita (**Anexo nº 4.1**) assinada pelo responsável técnico da proponente, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante;

**9.3.1.5.3.** Não será permitida vistoria de duas ou mais empresas concomitantemente.

**9.3.1.5.4.** A licitante vencedora, após contratada, ficará responsável pela execução integral do objeto do contrato, não podendo alegar desconhecimento de peculiaridades eventualmente existentes pela não realização da vistoria ou por omissões no momento da sua realização.

**9.3.1.5.5.** Declaração de responsabilidade técnica, indicando o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução da obra (**Anexo nº 6**) até o seu recebimento definitivo pelo licitador.

**9.3.1.5.6.** Deverá ser comprovado vínculo entre o(s) responsável(is) técnico(s) e a empresa. A comprovação far-se-á mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

**a).** No caso do profissional ser funcionário da licitante: Cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) (páginas da Identificação profissional e do Contrato de Trabalho);

**b).** No caso de profissional autônomo contratado: Cópia autenticada do Contrato de Prestação de Serviços (com vigência durante o prazo de contratação dos serviços);

**c).** Caso o profissional em questão comprove ser proprietário/sócio da empresa, quando da abertura deste certame licitatório, mediante apresentação de atos constitutivos (estatuto social, contrato social, certidão simplificada da junta comercial, etc), o mesmo fica liberado do acima exigido.

**c.1).** O(s) profissional(is) deverá(ão) ser mantido(s) no quadro permanente da contratada durante a execução do contrato e, em caso de substituição, deverá(ão) ser apresentado(s) outro(s) profissional(is) de mesma qualificação ou superior, apresentando-se os mesmos documentos de habilitação do profissional para análise.



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

**c.2).** No decorrer da execução do objeto, os profissionais responsáveis técnicos poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

**c.3).** A solicitação de substituição deverá ser protocolada formalmente anexando a documentação comprobatória, sendo obrigatória a manutenção do Responsável Técnico vigente até a homologação e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou outro documento emitido por um conselho regional ao qual a empresa esteja vinculada do novo profissional.

**c.4).** O(s) profissional(is) que apresentar(em) as CATs para comprovação da qualificação técnica deverá(ão) ser obrigatoriamente o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços relacionados ao objeto desta contratação. No caso de necessidade de substituição do responsável técnico, antes ou durante a execução do contrato, deverá ser efetuada a baixa ou substituição da ART, conforme indicação do Conselho respectivo. O novo profissional deverá atender às exigências mínimas indicadas para habilitação conforme este Termo de Referência e o Edital de Licitação, devendo ser submetido ao Gestor/Fiscal seus atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico do Conselho Profissional Competente.

**c.5).** A Administração não aceitará atestado ou declaração de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer outra atividade econômica a que pertença a Licitante.

**c.6).** A Administração se reserva no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o serviço prestado.

#### 9.3.1.6. OUTROS DOCUMENTOS:

- Carta Proposta Comercial (**Anexo 3**).
- **Atestado de Visita Técnica (Anexo 4) emitido pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Trabalho e Emprego**
- Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica (**Anexo 4.1**)
- Declaração unificada (**Anexo 5**).
- Declaração de Responsabilidade Técnica (**Anexo 6**)
- Declaração de Capacidade Operacional Financeira (**Anexo 7**)

**9.4.** Caso seja necessária a apresentação de documentos de habilitação complementares, destinados à confirmação daqueles já exigidos no Edital e previamente apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los em formato digital, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação. O prazo específico para atendimento das diligências será informado diretamente na aba "Diligências" da própria Plataforma.

**9.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.7.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

**10.1.** O valor de referência do presente procedimento de Contratação é de **R\$ 808.511,18 (Oitocentos e oito mil quinhentos e onze reais e dezoito centavos)**. Neste valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



# PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**10.2.** Este Termo de Referência visa estabelecer as condições para o fornecimento do objeto, objetivando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	EXECUÇÃO DA REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO CAMPO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR, ENVOLVENDO INTERVENÇÕES NA ÁREA DE JOGO E NO ENTORNO IMEDIATO, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONTRATO DE REPASSE Nº 941668/2023/MESP/CAIXA.	SERVIÇO	01	808.511,18	808.511,18

### 10.1.3. ELABORAÇÃO DE PLANILHA DE ORÇAMENTO.

#### PLANILHA PADRÃO SINAP

A estimativa de despesa foi calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, seguindo os seguintes passos:

Para se chegar a esse valor foi utilizada tabela de Referência: SINAPI (08/2025 N.DES) e BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) conforme a ordem de parâmetros trazida pela Lei 14.133/21.

### 11. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

**11.1.** Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
379	09.002	DIVISÃO DE ESPORTES	09.002.27.812.0016.1017.4.4.90.51.00 / 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)
379	09.002	DIVISÃO DE ESPORTES	09.002.27.812.0016.1017.4.4.90.51.00 / 01660.01006.03.99.01.02.1.700.0000 - Convênio MEsportes N. 941668/2023 c/c 574204818-8
379	09.002	DIVISÃO DE ESPORTES	09.002.27.812.0016.1017.4.4.90.51.00 / 00501.00501.04.99.00.00.2.755.0000 - Receitas de Alienações de Ativos

Lobato, 27 de abril de 2026.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LYGIA FERNANDA LUCIER  
Data: 27/04/2026 15:05:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**LYGIA FERNANDA LUCIER**  
ENGENHEIRA CIVIL

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: [administracao-lobato@lobato.pr.gov.br](mailto:administracao-lobato@lobato.pr.gov.br)  
Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396  
Caixa Postal 13 - CEP 86790-000